



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

UFR: ATA DE REUNIÃO

ATA Nº 3, DE 07 DE ABRIL DE 2022

Aos sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às oito horas, virtualmente pela plataforma interativa Microsoft Teams e sob a presidência da Professora Doutora Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa, reuniram-se extraordinariamente Alexandre de Oliveira de Meira Gusmão, Aline Soares do Prado Silva Souza, Caio Augusto Marques dos Santos, Cecília Fukiko Kamei Kimura, Jeater Waldemar Maciel Correa Santos, Julma Dalva Vilarinho Pereira Borelli em substituição à coordenadora Mariana Bolfarine que está em período de férias, Luciano Carneiro Alves, Maria Aparecida dos Santos, Nivaldo Alexandre de Freitas, Noemi Bandeira, Regina Aparecida da Silva, Rodrigo Furtado Costa e Talitta Tatiane Martins Freitas, membros da Congregação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Rondonópolis. A reunião iniciou-se com a professora Beatriz expondo os pontos da pauta prevista. Assim, todos de acordo, aprecia-se o processo nº 23108.076602/2021-78; Assunto: Regimento do Instituto de Ciências Humanas e Sociais; Relatora: Talitta Tatiane Martins Freitas. A relatora realiza a leitura de seu parecer e informa que é favorável à minuta do referido regimento. Todos de acordo, é homologado o parecer. Na sequência é apreciado o processo 23108.009398/2022-61; Assunto: Relatório anual do segundo ano de afastamento para Pós-Graduação no doutorado em História da professora Sheila Cristina Ferreira Gabriel; Relator: Caio Augusto Marques dos Santos. O relator explica seu parecer e informa que é favorável. Todos de acordo, é homologado o parecer. Processo 23108.025137/2022-98; Assunto: Relatório Anual do terceiro ano de afastamento de pós-graduação do professor Joel Martins Luz; Relator: Jeater Waldemar Maciel Correa Santos. O relator expõe seu parecer e informa que não é favorável a aprovação, pois falta o documento plano de trabalho. A professora Talitta compartilha a sugestão de realizarem um parecer condicionante desde que seja anexado o plano. O professor Jeater afirma que deve ter ou não a aprovação, pois em termos jurídicos não há essa possibilidade além do risco do requerente não cumprir a condição. Dessa forma, todos de acordo, o parecer do relator é homologado. A reunião continua com o quarto ponto de pauta, o Processo 23853.002041/2022-19; Assunto: Solicitação de espaço para as atividades do Programa de Educação Tutorial - PET. A professora Beatriz explica que não foi designado parecerista ao processo porque a direção entende que a solicitação da professora Ana Cristina Lobo Sousa deva ser discutida via congregação. A professora realiza a leitura do ofício do pedido e explana que a professora Ana também foi à Direção do ICHS para realizar pessoalmente a solicitação. Em resposta à professora Ana, a professora Beatriz disse que ceder o laboratório do bloco E é impossível, visto que é o único laboratório para realização das atividades das licenciaturas que compõem o Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS e que o referido laboratório é amplamente utilizado pelos cursos de graduação, pós-graduação e programas voltados à atuação docente como PIBID e Programa de Residência Pedagógica, porém iria, junto à Congregação do ICHS, verificar a possibilidade de proporem um calendário ou cronograma de atividades com agendamento, tendo nesse sentido o agendamento para atividades do PET. Na sequência a professora Beatriz abre para discussão da congregação. A professora Talitta relata que estava na sala da direção do ICHS no momento que a professora Ana Cristina fez a solicitação e externa sua preocupação em relação à fala da professora de que se trata de um espaço subutilizado da universidade, dando a entender que é um espaço que o ICHS não utiliza da maneira ou frequência como deveria e por isso a solicitação é válida, uma vez que o PET tem várias atividades. A professora Talitta finaliza dizendo que não concorda com o exposto e uma das ideias apresentadas pela professora Ana Cristina foi o agendamento. Talitta também diz que uma outra solicitação da professora foi para deixar um armário dentro do laboratório com os materiais utilizados pelo PET. Dessa forma, Talitta diz que ficou muito preocupada com a utilização do referido espaço para que não ocorra a perda do mesmo. A professora Cecília lembra que o laboratório foi conquistado com muita luta para atender as licenciaturas e acredita que não é nesse espaço que deva ocorrer os referidos projetos. Acrescentou ainda que o espaço está desorganizado e é difícil cedê-lo, além do mesmo ser um laboratório de práticas de ensino das licenciaturas e quem tem o maior número de licenciaturas é o ICHS. Assim, historicamente o

ICHS não tinha o espaço e a professora Edna conseguiu, através de um projeto no MEC os equipamentos necessários e algumas mesas que posteriormente foi complementado com mesas e cadeiras e grande parte foi adquirido com recursos do ICHS. Cecília concluiu dizendo que não devemos ceder nem com agendamento, pois a Universidade tem retirado muitas coisas do ICHS, perdendo espaço e mais uma vez permitiremos a perda de espaço, pois no primeiro momento é utilizar e depois ficará para os projetos. A professora Julma expõe que não há base para avaliar utilização ou subutilização de espaços, pois acabamos de retornar o trabalho presencial e nada estava sendo utilizado mas isso não significa que não precise e não utilizará. Para a professora, o espaço estar bagunçado talvez seja a justificativa para não ser utilizado e sugere uma mobilização para retirar o que não pertence ao espaço. Ela acrescenta que com a reforma tudo está uma bagunça. Sugere também a restrição semanal, limitada a uma vez na semana, para contribuir com o PET. Julma diz ainda que o encaminhamento adequado é levar a demanda por espaço à Reitoria e não ao ICHS. A professora Cecília diz que a bagunça é por causa da reforma que está com materiais dos cursos. Lembrou que a Reitoria está reivindicando os espaços comuns para serem administrados por ela, a exemplo do Neati. A professora Regina acrescenta que será um número grande de alunos no laboratório e sugere que a solicitante do espaço entre em contato com os espaços que grupos PET já ocupam. Conclui dizendo que o espaço não deve ser cedido. A professora Noemi expõe que a Reitoria solicita, muitas vezes de maneira informal, os espaços do Curso de Psicologia. Um exemplo foi a solicitação da sala dezesseis, utilizada pelo curso para avaliação psicológica, outras atividades do curso e também como sala de aula. A sala foi emprestada para os Bombeiros sem o Curso ser oficialmente comunicado e sem apreciação do Colegiado de Curso. A professora relata que a sala cedida inicialmente era para uso de quinze dias, depois passou a vinte e nesse período o Curso teve que procurar salas de aula para as aulas com os alunos. Noemi acrescenta que as solicitações são como se não utilizassem as salas e além disso, estão com salas sucateadas, pois estão sem carteiras, móveis quebrados e armários velhos. Diz ainda que já chamaram a manutenção várias vezes e respondem que não tem local para armazenamento e assim não podem retirar da sala por falta de espaço para tal. A coordenadora diz que não é responsável por encontrar locais apropriados para armazenarem os móveis e materiais quebrados e sim outra unidade. Finaliza dizendo que o ICHS precisa ser valorizado e devemos ter posicionamento firme em relação aos espaços. O professor Jeater afirma que também devemos nos posicionar, concorda com a professora Cecília e não concorda com o empréstimo do laboratório. Acrescenta que como justificativa é responder que precisamos reavaliar nossas próprias demandas e ir além para saber como está a construção de novos espaços na universidade. A professora Cecília informa que já cederam o espaço do Neati. A professora Talitta afirma que deve ser informado qual a natureza do laboratório que é para atender as licenciaturas do Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Finaliza dizendo que precisamos assegurar nossos espaços. A professora Regina explana que o Curso de Pedagogia está com quatro disciplinas descobertas e tentaram a contratação de professor substituto via a vaga da professora Márcia, porém foram informados que a vaga é nova e portanto não podem contratar substitutos. Inclusive pedem os encargos dos professores. A professora relata que sente que é falta de vontade da Administração em solucionar o problema. Retrata a indignação em nome do Curso da Pedagogia e não há resposta em relação ao último despacho feito em relação a isso. Outra reivindicação é a falta de secretária nos dois períodos para o Curso. O professor Caio diz que o Curso de Geografia está com quatorze disciplinas descobertas e os cinco aprovados no seletivo não darão conta de cumprir os encargos. Dessa maneira, fizeram um pedido de abertura de seletivo com todos os lastros legais e descobriram que dois deles, professora Antônia e professor Ronei, vice-reitora e pró-reitor, respectivamente, já estão sendo utilizados e não ficaram sabendo. Caio acrescenta que parece ser o momento oportuno de pandemia por não estar utilizado. Finalizou dizendo que quando precisam não há vagas e diz que o Curso de Geografia solicita como é que funciona a questão da vaga, pois a vaga que estava aberta não havia nem assinatura do ICHS. Assim, o curso fez o processo sem saber que as vagas já estavam ocupadas. Reforça que precisam saber o que é do Curso e o que é do Instituto em relação às vagas. A professora Beatriz afirma que a questão das vagas está nos informes da pauta da reunião e está vinculada a uma comissão intitulada “Banco de Vagas” que está pensando em como gerir essa questão, porém não há o debate democrático como deve ser. Beatriz diz que precisamos nos organizar em nível de Congregação para que se tenha postura legítima do ICHS na problemática da distribuição das vagas. No tocante às vagas do ICHS, que estão em outro Instituto não foram comunicadas nem ao Instituto, nem ao Curso que as vagas seriam emprestadas e nem a quem seria. Conclui dizendo que se está fora do ICHS precisa voltar, pois as vagas são do Instituto e há carência de professores. Na sequência a professora relata as duas sugestões de encaminhamento a respeito do empréstimo do laboratório de práticas de ensino: agendamento restrito e também o não agendamento, sendo feito o encaminhamento de processo à Pró-

Reitoria de Ensino de Graduação, com ATA e manifestação da Congregação e inclusive, a solicitação que a demanda seja feita à Reitoria e não ao Instituto. Beatriz pergunta se todos concordam. A professora Julma pede a retirada da sugestão de agendamento. O professor Jeater pede que a denúncia feita pelo professor Caio sobre os desvios das vagas seja registrada em ATA e que resulte em consulta formal do ICHS junto à Progep para explicarem como foi decidido à revelia da Unidade e do Curso. Beatriz diz que na próxima semana será enviado processo formal. O professor Nivaldo sugere a organização do espaço laboratório de práticas de ensino. A professora Talitta informa que os livros relacionados ao Curso de História já foram retirados do Laboratório de Práticas de Ensino e acomodados no Laboratório de História. Sugere que os demais vejam a quem as caixas foram destinadas e que façam a retirada também com a destinação correta. A professora Beatriz informa que junto à professora Cecília, atual coordenadora do laboratório, realizaram levantamento dos materiais acomodados por lá e constataram que a maioria dos materiais não atendem os cursos do ICHS, pois são livros de Biologia, química, matemática. Dessa maneira, conversarão com o ICEN para saber se é possível a destinação de tais materiais e verificar o que pode ser destinado aos Cursos do ICHS para breve atuação no laboratório. A professora informa que com a retirada da proposta de agendamento, aprovamos por unanimidade na Congregação que não vamos autorizar agendamento, levando em conta as especificidades do Laboratório de Práticas de Ensino do ICHS. Beatriz inicia então as aprovações por ad referendum feito no Sistema de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa – SGPP, relatórios de projetos de pesquisa. Relatório final do projeto 217/2010, título: História da preservação do patrimônio cultural no município de Diamantino-MT: Museu da diocese Padre João Burnier e casa memorial dos viajantes (2001-2020), sob coordenação da professora Jocenaide Maria Rossetto Silva. Ad referendum pela Direção em 06/04/2022. Relatório final do projeto 280/2020, título: Fissuras da liberdade. Entrecruzando história, memória e educação: a trajetória de Teresa de Benguela como líder do quilombo de Quariterê (1730-1770), sob coordenação da professora Ana Carolina da Silva Borges. Ad referendum pela Direção em 06/04/2022. Relatório final do projeto 347/2016, título: Corpos em Frames, Corpos em Fuga: Problematizando Corporalidades e suas Interseccionalidades em Obras Cinematográficas, sob coordenação do professor Marcio Alessandro Neman do Nascimento. Ad referendum pela Direção em 06/04/2022. Relatório parcial do projeto 509/2019, título: História, Cultura e Educação: sujeitos e mídias na sociedade contemporânea, sob coordenação do professor Flavio Vilas Boas Trovão. Ad referendum pela Direção em 06/04/2022. Relatório final do projeto 454/2018, título: Perspectivas dos Núcleos de Inovação Tecnológica e Parques Tecnológicos na Construção de Ambientes de Inovação no estado de Mato Grosso, sob coordenação do professor Paulo Henrique Martins Desiderio. Ad referendum pela Direção em 06/04/2022. Relatório final do projeto 126/2020, título: Transformações na paisagem por processos erosivos lineares e formação de terrenos tecnogênicos em Rondonópolis e região, sob coordenação do professor Caio Augusto Marques dos Santos. Ad referendum pela Direção em 06/04/2022. Sistema de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa – SGPP, Projeto de Pesquisa. Projeto História e Cultura da Mídia: Novas Perspectivas Interdisciplinares. Coordenador: Flavio Vilas Boas Trovão. Ad referendum pela Direção em 06/04/2022. e Projeto Literatura e pensamento crítico. Coordenador: Benjamin Rodrigues Ferreira Filho. Ad referendum pela Direção em 06/04/2022. A professora Talitta registra que o relatório do projeto 509/2019, título: História, Cultura e Educação: sujeitos e mídias na sociedade contemporânea, sob coordenação do professor Flavio Vilas Boas Trovão é um relatório final e não parcial. O professor Caio registra que o projeto 126/2020, título: Transformações na paisagem por processos erosivos lineares e formação de terrenos tecnogênicos em Rondonópolis e região, sob sua coordenação é um relatório parcial e não final. A reunião segue com os informes. A professora Beatriz relata sobre a publicação das Portarias e esse informe tem relação com o Curso Atos Normativos que está sendo ministrado na gestão superior que institucionaliza o processo de publicação e a Aline fez o Curso recentemente. Eu, Aline informo que o Curso foi realizado no início do mês de maio e o ministrante explicou sobre as portarias de pessoal que terão vigência em consonância com a data de sua publicação, então não podem retroagir, sendo a partir da data estipulada que terá vigência. Acrescentei que a justificativa informada no curso foi por não termos amparo legal para retroagir. Professora Beatriz essa informação se pauta em uma publicação emitida pela Reitoria em fevereiro desse ano e está em consonância com os decretos federais. Ela segue explicando que o que muito ocorria era a publicação de portaria geral de bancas após as defesas. A orientação é que assim que marcada a banca seja encaminhado ao ICHS o documento solicitando a portaria e assim fazemos as publicações de portaria individualmente no período anterior às realizações, sendo isso para todas as portarias de pessoal que cheguem ao ICHS. Explica que a portaria é automática e realizada via SEI UFR e segue para o Boletim Eletrônico no mesmo momento. Explica também que antes as portarias tinham que ser encaminhadas todas as quintas-feiras,

prazo limite de encaminhamento para publicação e a Reitoria que fazia as publicações. O professor Luciano informa que acha que a informação passada está equivocada. Explica que o rito é fazer a publicação antes do acontecimento mas pela sua experiência esse tipo de portaria não pode ser emitida a posteriori quando gera algum tipo de ônus financeiro. Logo, o procedimento que o ICHS tem feito de gerar portaria coletiva ao final do processo com todas as bancas é racionalmente mais interessante, inclusive porque há muita substituição de componente de bancas. Acrescenta que ao final de cada semestre teríamos mais ou menos quarenta portarias de bancas, trocando uma rotina por quarenta rotinas. Acha que a orientação não considera as exceções e assim está burocratizando demais. Tem o nível de razão mas desconsidera os casos omissos. Finaliza dizendo que essas portarias são mais para registros de PIAS que ônus financeiro. O professor diz que vai pesquisar para encontrar a fundamentação mas se não se engana a publicação que não gere ônus financeiro pode sim ser publicado a posteriori. Beatriz informa que a portaria é a número cento e onze e está ancorada numa portaria federal. Luciano complementa dizendo que acha que é portaria federal que a Administração não está seguindo. A professora Julma relatou a dúvida em caso de trabalho de conclusão: se emitir uma portaria que nesse caso, ainda não defendido e que por algum motivo não venha a ser apresentado, então é a antecipação de um documento de algo que ainda não foi feito. Faz agenda de defesa e já solicita as portarias ao ICHS antes das defesas acontecerem? Ou precisa pedir uma portaria para cada estudante ou para todos desde que estejam agendados? A professora Beatriz diz que desde que se tenha agenda poderá solicitar todas de uma vez. Sejam levantadas as datas e feitas um encaminhamento só. Professor Jeater questiona o porque precisa dessas portarias. Cita o exemplo dos cursos de Mestrado e Doutorado o que valem é a ATA. Então por que no caso de TCC precisa de portaria? Julma diz que no Curso de Letras Inglês faziam com ATA e foram informados que ATA não tem validade. Jeater questiona como a ATA tem validade para os Cursos de Pós-Graduação mas não tem para os Cursos de Graduação e acrescenta que precisam exigir. O professor Alexandre menciona que a portaria serve para progressão e não aceitam as ATAS como comprovação de banca de mestrado e citou também que para orientação precisa ser específico ou apresentar declarações. Professor Jeater diz que quem precisa declarar é o coordenador de curso que de fato acompanha. O professor Alexandre concorda. Professora Beatriz sugere que façam encaminhamento em nível de Congregação explicando que a Congregação delibera que os registro bancas sejam feitas por meio de ATA e abrimos mão das portarias. Lembra que a informação é que os processos de progressão funcional demandavam as portarias de participação em bancas e por isso o ICHS emitia. Uma vez que isso não é mais prerrogativa poderá ser deliberado, em nível de Congregação que não emitirá. O professor Alexandre sugere delegar para a coordenação da graduação e do mestrado emitir a portaria. A professora Julma diz que o processo de titular é diferente de todos os outros. Jeater acrescenta que o de titular os últimos dois anos progride de classe e o processo é igual, citou exemplo que ele anexou as ATAS e ninguém questionou. O professor Luciano informa que consultou a legislação federal e não tem nada que fundamente a decisão. Concorda com a proposta do Jeater que faça por meio de ATAS, para comprovar participação em bancas e se for caso de portaria, ser portaria de orientação e não portaria para defesa. A professora Beatriz disse que consultaria a CPPD se é uma exigência e voltariam nesse assunto na próxima reunião. A professora Beatriz informa que a reunião segue com o próximo informe na pauta, o plano de compras dois mil e vinte e três mas que antes a professora Talitta solicitou inclusão nos informes para explicar sobre o plano de compras dois mil e vinte e dois. A professora Talitta relata que o planejamento feito em dois mil e vinte e um está em execução nesse ano de dois mil e vinte e dois. Diz que a Aline encaminhou aos coordenadores uma tabela que tem datas e que essas datas são definidas a partir da natureza da compra ou do serviço. Citou o exemplo do último primeiro dia do mês, primeiro de abril que era a data para compras de natureza de eletrodomésticos e eletrônicos. Ela explica que foi planejado em dois mil e vinte e um, está como demanda e precisa oficializar a demanda através de processos, já ditas em outras reuniões. Ressaltou que quem faz os processos é quem solicitou, ou seja, o demandante. Talitta justifica que retorna a essa questão porque o Jean da unidade Proplad questionou-a sobre documento de formalização de demanda - DFDs de outros cursos, além do Curso de História e do ICHS. Diz também que tinham previsão de várias coisas que não foram efetivadas e pede que os coordenadores, olhando a lista do que foi planejado, se não faz parte de uma demanda que avise para que possa cancelar os itens, pois o recurso já está reservado para o item e não gerar mau uso de tal recurso. Ressalta para olharem na lista os prazos estabelecidos. Para não ter a sensação de solicitar e não receber. Reconhece ser questão burocrática mas que é necessário. A professora Talitta ainda registra, em ATA, que dia primeiro de abril era para fazer a oficialização das compras dos computadores dos coordenadores, sendo solução de tecnologia, não sendo DFD e sim DOD e foi instruída que como foi feito formulário da SINFRA não era

necessário fazer o processo. Ressalta que fez o processo porém na hora de encaminhar o processo o Jean, da Proplad, informou que não era necessário, pois eles que fariam mas está de olho. A professora Beatriz esclarece que a professora Talitta é a responsável pela execução das compras que foram planejadas ano passado e que estão sendo executadas esse ano, dois mil e vinte e dois, através de documentos de formalização de demandas – DFDs; e a Aline é a responsável pelo Plano de Compras com planejamento em dois mil e vinte e dois e execução em dois mil e vinte e três. O professor Alexandre pergunta à professora Talitta em qual local ele consegue observar quais foram os itens solicitados no planejamento de dois mil e vinte e um e a professora responde que é na tabela enviada pela Aline ao e-mail do curso. Ela explica ainda que na tabela há separação dos itens de acordo com cada Curso. A professora Beatriz diz para que eu fale um pouco sobre o Plano de Compras dois mil e vinte e três. Eu, Aline, relato que o Plano de Compras dois mil e vinte e três está mais simples que o de dois mil e vinte e dois. Elenco que ano passado haviam muitas planilhas, tabelas e códigos, separação de documento de formalização de demanda comum e documento para equipamentos de informática, denominados DFDs e DOD. Expliquei que houve determinação de valor para cada curso, encaminhamos aos mesmos quais eram as demandas e todos os que encaminharam já foram cadastrados, pois o prazo era primeiro de abril. Acrescentei que nesse primeiro momento era somente cadastrar os itens e depois a PROTIC fazia a separação entre DFDs e DOD. Disse que no mês de setembro e novembro terão novas revisões dos itens cadastrados, logo quem precisar alterar será possível, segundo informações do professor Heitor, orientador do Plano de Compras dois mil e vinte e três. Explanei também que além do valor de quatro mil reais, destinados a equipamentos ou materiais que o curso necessitava e não estavam na aba almoxarifado virtual, existe o valor de mais ou menos novecentos e quarenta reais para cada curso destinados ao almoxarifado virtual. Disse também que ainda receberemos orientações de como proceder com o almoxarifado virtual. Portanto, solicitei para quem puder encaminhar os itens que são necessários ao curso e estão listados no almoxarifado virtual já enviem. A professora Talitta acrescenta que o que é feito nesse momento é planejar itens que imaginamos que precisaremos ano que vem e por isso a necessidade de duas revisões. Na primeira revisão volta a justificativa de necessidade, correção no sentido o que fizemos, o que estava certo e errado, mas evidentemente, consegue incluir e retirar os itens. Feito a primeira correção, passa-se a segunda revisão para verificar se ainda há necessidade de algum tipo de alteração e também a possibilidade de inclusão e retirada de itens. Ela ressalta que ao longo do ano que vem também é possível porém é mais burocrático. Logo é importante entender que alterações são exceções e não a regra e por isso a necessidade do planejamento envolver todos os cursos, pois são os cursos que sabem quais são suas próprias necessidades. Assim sendo a função da Aline apenas cadastrar. A professora diz também que os coordenadores deixam em cima da hora e não é um cadastramento rápido, é um preenchimento eletrônico por natureza de itens para cada curso e isso possui pelo menos quatro abas e por isso demanda tempo e sistema funcionando, além da saúde mental de todos. Talitta diz que sabe que todos os coordenadores estão cheios de trabalho mas que o planejamento coletivo é extremamente importante. Assim como a execução para não terem a sensação de pedir as coisas e depois não conseguir. A professora Beatriz agradece Aline e Talitta. A reunião segue com a fala da professora Noemi. Noemi relata sentir angústia sobre a questão das compras, pois quando fizeram e enviaram o planejamento, ninguém do Curso de Psicologia tinha o entendimento da necessidade de realizar a execução das compras e é uma questão que poderiam verificar com o setor de compras para que pudessem se comunicar melhor com os coordenadores. A professora diz que não tem conhecimento do que foi pedido ano passado, não recebeu a lista dos itens solicitados e somente depois a professora Talitta enviou, momento que soube dos itens. Relata que sente uma dificuldade de comunicação em relação às compras. Disse que os coordenadores anteriores fizeram o planejamento de compras e ficaram esperando os itens escolhidos chegarem, pois não sabiam que deveria ser feito processo de execução e isso não foram avisados. Diz que a comunicação é essencial e muitas vezes não está sendo feita e as vezes precisam adivinhar os processos e caminhos e agora é que estão tendo mudanças na Universidade. A professora Noemi acrescenta que não acha que seja função dos coordenadores fazerem a execução das compras e sim do setor de compras. Sugere que o referido setor pergunte apenas se ainda mantém a compra e eles executarem. Ela relata que em seu entender não é função do/a coordenador/a, pois são coordenadores/as pedagógicos/as, de ensino de graduação. O que estão fazendo são processos burocráticos. Questiona como foram criadas unidades administrativas se os/as coordenadores/as precisam fazer tudo. Conclui dizendo que não sabem o que é DFD e que não devem saber e sim o setor de compras é que precisam saber. Diz que é praticamente um curso a parte e que o setor responsável que deveria traduzir as necessidades. A professora Regina acrescenta que além de tudo relatado pela professora Noemi, é um trabalho realizado sem secretária. O professor Alexandre parabeniza a professora Cecília por ser a

professora titular do campus, da Educação, do ICHS, alcançada na segunda-feira. O professor Caio reforça que concorda com as professoras Noemi e Regina sobre o assunto das compras e também sobre estarem sem secretárias. Diz que o Colegiado de Curso do Curso de Geografia tem o autorizado a negar a fazer algumas coisas. Os cursos que nunca tiveram chefe de departamento, pois eram esses chefes que faziam as coisas, sobre os documentos que toda hora pedem com os dados, planilhas infinitas para preencher e também sobre equipamentos, era função dos chefes de departamento. Caio pontua que caíram em uma armadilha e que politicamente as unidades acadêmicas perdem poder mas ganham responsabilidades e a função dos/as coordenadores/as são pedagógicas e não preenchendo planilha de equipamento. Expõe que tem receio que no momento ideal, que tenham mais técnicos/as administrativos/as, uma vez essa função sendo feita pelos coordenadores/as, não se seja para quem devidamente, estudado e concursado, é essa a função. Ressalta que estrategicamente estão fazendo errado cumprindo essas funções mas também voltam a questão que se não fizerem ficam sem equipamento. Diz que não sabe como escapar da armadilha, pois se fazem as funções, todos pensam que dão conta do trabalho e estão gerenciando bem o caos da escassez. Essa é a visão que passam não somente para a gestão local quanto em nível federal. E assim funciona independentemente da saúde física e mental. A professora Noemi acrescenta que são com ameaças e o professor Caio concorda e diz que tendo a secretária servidora ajudaria bastante nessas funções. Ressalta sobre a professora Talitta fazer funções que não era para fazer. Diz que de um ponto de vista é legal porém de outro ponto e estrategicamente não é. A professora Talitta diz que sabe que tem uma burocracia a ser feita e se não fizerem ficam sem equipamentos. Sugere que devem pressionar para acabar com a burocracia, pois não adianta somente ignorar. Exemplifica com a perda de recurso público porque toda vez que devolvem tal recurso no próximo planejamento subentende-se que não é necessário tanto dinheiro. Talitta diz que a justificativa, não dizendo que concorda com ela, para os demandantes fazerem o planejamento é para evitar que comprem coisas erradas. Cita o exemplo "teste psicológico" que o setor de compras não irá saber o que é esse item e quem sabe é o demandante. Conclui dizendo que é necessário mudar a burocracia e não ignorá-la até que ela se altere. A professora pontua que no dia dezoito de fevereiro a Aline encaminhou as tabelas individuais do planejamento de dois mil e vinte e um para as coordenações de cada um dos cursos, prazo muito antes da execução. Talitta sugere sobre o plano, a respeito do valor de novecentos e quarenta reais, inclusão de itens como giz para quadro negro, garrações de água e verificar a inclusão de itens básicos no almoxarifado virtual para que possam utilizar melhor o valor, principalmente os garrações de água. O professor Luciano diz que o detalhamento técnico burocrático que a Talitta está fazendo a partir de dois mil e dezenove é por conta da precariedade da Universidade. As professoras Talitta e Beatriz afirmam que sempre fizeram assim só que antes eram os chefes de departamento que faziam. Luciano diz que pelo que estão relatando junto com as falas do Caio e da Noemi é uma burrice em termos de gestão que é quase inexplicável porque uma coisa é o/a coordenador/a fazer a solicitação e outra coisa é chegar nesse nível. Talitta relata que a dificuldade não é apenas do ICHS e sim da Universidade toda. Professora Noemi acrescenta que o setor de compras deve adotar medidas mais eficazes, pois é acúmulo de funções do setor administrativo para o setor pedagógico. A professora Beatriz reforça que isso está ocorrendo com toda a Universidade e que precisa ser resolvida. A reunião segue com o informe sobre uma consulta realizada pelo assessor da Reitora na última reunião que discutiram a Resolução número quarenta e nove que foi aprovada na última reunião do Consuni no dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e dois, que instituiu as Unidades Administrativas e as Unidades Acadêmicas. Beatriz diz que estão sendo feitas reuniões semanalmente e na última reunião foi apresentado, pelo Heinstein, um projeto de expansão da Universidade Federal de Rondonópolis. Expansão que não deve ocorrer do ponto de vista material, pois material e infraestrutural precisamos consolidar a sede. A proposta versa sobre a expansão da UFR sobre a oferta de cursos de graduação aos municípios da região Sul e Sudeste do Estado de Mato Grosso. Relata que já existe uma parceria sendo construída com o município de Itiquira para que sejam ofertados Cursos de Graduação da UFR. Parceria no tocante à hospedagem e deslocamento de professores para oferta de disciplinas no formato modular com pagamento de bolsas aos professores que ministrariam tais disciplinas. A proposta é que os Cursos que tenham interesse entre em contato com o Heinstein para que participem, inclusive, do processo de construção do projeto, com exceção dos Cursos de Pedagogia e Psicologia, pois já são cursos ofertados pela Unemat no município de Itiquira, no mesmo formato modular. Logo, todos/as os/as demais podem refletir na possibilidade de oferta. A professora esclarece que não está em pauta como formato de processo porque não foi recebido como processo e sim realizada a consulta em reunião, que considera informal, justamente porque é o momento de mapeamento das pretensões dos cursos em se expandirem nesse formato e comporem o projeto, que é encabeçado pela Reitoria. Beatriz afirma que já conversou com os

coordenadores sobre a ofertada, com exceção dos Cursos Pedagogia e Psicologia, pois são cursos que não serão ofertados. Diz que a sugestão é que os coordenadores e coordenadoras façam a consulta junto a seus Colegiados ou para aceitar ou recusar a oferta. A professora avança para o próximo informe que são as reuniões da Comissão de Bancos de Vagas. Explica que essa Comissão está responsável por trabalharem com a minuta, que em breve irá para o Consuni e se tornará uma Resolução para gerenciar tanto vagas novas e vaga já existentes. Ressalta que estamos em precarização de trabalho, muito em função de redistribuição, aposentadoria e outros elementos que faz os Cursos terem dificuldade de ocupar tais vagas. A Comissão tem feito movimento de atribuir ao Instituto a responsabilidade de gerir. Afirmam que a vaga não é do Curso e nesse caso o Instituto deve resolver o problema quando falta professor em determinado Curso. Sobre a distribuição das vagas novas, no âmbito dessa Comissão, são levantados um conjunto de fatores que vão ser planilhados em uma tabela que vai funcionar como um "termômetro" e definir para onde irão as vagas novas. A professora relata que todos os cursos receberam essa minuta, inclusive há contribuições do ICHS, e fica se perguntando do problema em relação não às vagas novas mas sim às vagas antigas, pois há uma pretensão na minuta de que a tabela "rode" internamente e que ao fazer esse planilhamento, poderíamos ter a saída, por exemplo, de um professor que se aposentasse pelo Curso de História e essa vaga não voltaria ao Curso porque a tabela apontaria que a deficiência no ICHS não está no Curso de História mas sim no Curso de Letras Inglês, por exemplo. Com isso teríamos um processo, na tentativa de resolver o problema de curso precarizado, colocaríamos todos os demais em precarização. E quem tem feito esse posicionamento dentro da Comissão tem sido voto vencido. A minuta vem sendo construída e está na parte de leitura final para ser encaminhada ao Consuni. A professora Beatriz diz que espera que possa marcar outra reunião com os membros da Congregação para discutirem esse assunto, numa postura coletiva do ICHS, que não seja a postura de uma professora sozinha que é voto vencido dentro de uma Comissão. Relata que hoje existem duas pessoas do ICHS mas não porque estejam representando o Instituto e sim porque foram convidadas as direções, a pró-reitoria de extensão, a pró-reitoria de ensino de graduação, a pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação e a presidência da CPPD. Então o professor Agameton também está presente na Comissão, não como representante do ICHS mas como representante da CPPD. Reforça que é uma Comissão reduzida que vem discutindo uma política das mais importantes que é a política da distribuição das vagas no âmbito da Universidade. Beatriz sugere uma reunião extraordinária para discutirem apenas essa pauta com mais cuidado e atenção, além de fazerem um documento consolidado em nível de Congregação de Instituto para constar nesse processo. Diz também que talvez possam fazer algumas resistências dentro do Consuni, como pedir vistas ao documento, discutir de forma mais ampliada mas talvez fosse interessante esse movimento antes que a minuta siga para o Consuni. Reforça que foi um documento que tramitou no período da pandemia e as contribuições não foram muitas mas que, tal encaminhamento às Unidades, legitima o documento. Inclusive, atendeu a solicitação do Sindicato que o prazo fosse prorrogado, depois da prorrogação do prazo, receberam a contribuição do Curso de Psicologia mas tem impressão que não está claro que as vagas antigas também serão impactadas no processo de implantação desse mecanismo de mapeamento das vagas. A professora diz que as considerações devam ser feitas de maneira aprofundadas numa próxima reunião com esse ponto exclusivo de pauta mas, de qualquer maneira, abre para discussão. Talitta diz que quer deixar registrado que assim como os espaços físicos da UFR, que tenta se consolidar uma Universidade sem ampliação de tais espaços e nisso tentam retirar de coisas que já estão consolidadas, está acontecendo o mesmo com a questão dos bancos de vagas. Ao invés de ampliar e melhorar o que está deficitário, termina por precarizar espaços para dar conta das necessidades. Relata sua preocupação e explana a preocupação que os coordenadores terão: se o colega pede remoção, vamos pensar três vezes porque se sabe que essa vaga não volta para o curso, necessariamente. Logo, estarão interferindo nos desejos individuais das pessoas de pedirem remoção, transferência, exoneração e/ou direito de aposentadoria. Aos invés de lutarem por novos espaços físicos e possibilidades de nova vagas e novos cursos, estamos nos preocupando em não perder o pouco que já temos. Isso é política de gestão da UFR. Então, se quisermos preservar alguma coisa precisamos manifestar, principalmente nesses momentos que estão sendo construídas as resoluções, os regulamentos, pois uma vez consolidado, a professora duvida que volte atrás. A professora Noemi concorda com a professora Talitta. E ressalta que as minutas tramitadas nos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro são absurdos, pois são final de semestre e férias docentes. Disse que até tentaram mas é impossível debruçar, atentamente, nas minúcias desse Regimento. Assim como na minuta do Regimento de Graduação, que ocorreu no mesmo período. Os processos estão feitos, por essa Gestão, de forma acelerada, sem considerar um debate mais amplo e isso os/as coordenadores/as estão sentindo. Relata que antes reclamavam que a UFMT tiravam as coisas: os recursos, a administração, não tínhamos

poder de gestão; e agora parece que deslocaram os nossos adversários para a gestão da UFR, pois não estão do nosso lado. Retiram as coisas, de maneira autoritária. Ressalta que está começando a ter uma separação clara entre professores e Administração e antes disso não existia. Diz ainda que nós conseguimos emancipar e infelizmente estamos reproduzindo as políticas autoritárias realizadas pela UFMT. Citou o exemplo da minuta da graduação que o Curso de Psicologia não teve tempo hábil e isso precisa ser apresentado para a gestão. A professora Julma diz que devemos repensar os pedidos dos colegas pela incerteza do que acontecerá com a vaga e quando fazemos isso estamos adotando a postura que a UFR está implantando forçosamente. Diz que precisamos lutar pela autonomia de liberar os colegas quando acharmos que é viável e lutar pelas nossas autonomias. Acrescenta que a tabela de divisão de vagas novas é muito problemática, pois apontarão quais cursos possuem muitos discentes, cursos que possuem muita produção, dentre outros fatores. A professora relata estar na Universidade há doze anos e no Curso de Letras Inglês sempre variar entre ter três, duas, quatro professoras, atualmente com cinco professoras, uma afastada, ouviram: “não deixa afastar não, se vocês tem tão poucas, vocês não podem ter direito de fazer doutorado”. A professora continua dizendo que o Curso assume politicamente o afastamento da colega porque não é assim que aumentará o número de docentes. Diz que concorda com a tabela desde que todos os cursos funcionem com o mínimo previsto no PPC. Explana que a tabela oferece risco ao Curso de Letras Inglês. A professora cita-se como exemplo: possui projetos de pesquisa, projetos de extensão, duas turmas de estágios, é gerente de políticas linguísticas para garantir que a SECRI não faça atitudes que dificulte ainda mais a situação do Curso mas isso pode não garantir os direitos às vagas. Ressalta que é bom discutir o documento e acrescenta que Letras Inglês não é um problema do ICHS e sim problema da Universidade. A professora Regina sugere uma reunião para a semana seguinte. Relata preocupação com o cargo de Diretor Adjunto ter apenas uma FG, pois são muitas demandas, a exemplo do ICHS que são sete cursos de graduação e dois cursos de pós-graduação. Questiona se podemos, em algum momento, defender o benefício de CD para o cargo de Diretor Adjunto. A professora Beatriz pergunta se podem agendar para dia dezoito de abril, segunda-feira, às quatorze horas, reunião para discussão sobre a minuta de Banco de Vagas. A professora Talitta informa que além da reunião para essa minuta, está preocupada com a minuta do Regimento da Graduação e gostaria de saber se o ICHS pode construir algum tipo de documento solicitando que antes das Plenárias houvessem assembleias públicas para a discussão desse texto, pois precisam de tempo para exercer a democracia. A professora Beatriz diz que isso também foi uma proposta do ICHS e portanto acredita que poderão encaminhar demanda formal para que o documento seja apreciado via assembleia antes de ser encaminhado ao Consepe. Pergunta se todos estão de acordo com o envio do documento via Congregação e todos concordam. A professora conclui dizendo que informa os procedimentos de encaminhamento e caso seja necessário assinar em coletividade o despacho avisará a todos/as. A reunião segue com o informe sobre a resolução Consuni nº 49, que institui a estrutura organizacional da UFR, segmentação em doze Unidades Administrativas e Unidades Acadêmicas: três Institutos e duas Faculdades; com previsão de em média quarenta e um cargos de Direção e Chefias para Unidades Acadêmicas e cento e cinquenta e quatro cargos de Direção e Chefias para as Unidades Administrativas, penalizando fortemente as Unidades Acadêmicas, que passa a ter, na função de Diretor Adjunto, atribuições maiores que outro cargo dentro da Universidade, pois o cargo assumiu todas as funções inerentes às chefias de departamento. A professora relata que em relação à remuneração do referido cargo, o tema já foi discutido no Consuni ano passado e que naquela ocasião de posição favorável ao pagamento de uma CD para as Direções Adjuntas apenas o professor João Bosco representante da FACAP e a professora Márcia, representante do ICHS. Os demais silenciaram-se ou votaram contra ao pagamento. E foi naquele momento que se instituiu que a Direção Adjunta receberia uma FG para assumir a responsabilidade de Direção, no âmbito dos Institutos e Faculdades. Diante disso, antes de encaminhar ao Consuni, foi feita uma solicitação pelo ICHS e pela FACAP de que tivéssemos condições de discutir e repensar o organograma mas na semana seguinte a minuta chegou ao Consuni e foi aprovada com essa estrutura organizacional. O único compromisso conseguido, por meio do Consuni, registrado em ATA pela Reitora, foram reuniões semanais para discutir o organograma e pensar estratégias para fortalecer as Unidades Acadêmicas. A professora explica que inseriu o tema nos informes da reunião para que deixasse claro que as reuniões realizadas não obtiveram avanços, nem caminharam muito nas discussões sobre o organograma. A professora segue a reunião com o próximo informe: planejamento individual de atividades – PIA. Lembra que o Sistema de Gerenciamento de Encargos está fora do ar e com isso não conseguem registrar as atividades, o que resulta em a Direção responder sobre consulta de atribuição de encargos didáticos, de pesquisa e extensão que, normalmente acessavam facilmente pelo SGE mas que no momento não está funcionando porque foi realizado ajuste no lançamento das atividades e tal ajuste



deveria ser feito ao Consepe para aprovação. Ao invés disso, a Reitoria da UFMT encaminhou, equivocadamente, para o Consuni, que aprovou. E assim, o sindicato de Cuiabá protocolou um mandato de segurança e por esse motivo o SGE está fora do ar. Beatriz relata que no dia seis houve uma reunião do Banco de Vagas e nessa reunião as Direções dos Institutos foram convidadas para pensarem em estratégias para registro de atividades pelos docentes e a estratégia adotada foi o encaminhamento de um documento aos Institutos, via Progep, em formato de planilha, visando migração ao novo sistema específico da UFR. A professora Regina pergunta se a UFR não apresenta iniciativa de criarem sistema próprio e a professora Beatriz esclarece que o levantamento por meio do documento formal de consulta é o primeiro passo, para que, após esse registro, seja lançado no sistema da UFR, provavelmente pelo Suap. A professora segue com a reunião informando sobre os prazos da publicação de chamadas internas para o Programa Institucional de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da UFR nas modalidades: PIBIC, PIBIT, PIBIC-Af e PIBIE-Af, dia dezoito de abril e dia vinte e cinco de abril é o término do período de encaminhamento à PROPeq, após cadastro de projetos de pesquisas no SGPP e aprovações nas respectivas Unidades, bem como prorrogação e inclusão/exclusão de membros, e regularização de possíveis pendências junto à PROPeq, com vistas à Seleção de bolsistas dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três. A professora expõe o informe sobre informações de pessoal, processo 23108.004303/2022-12, encaminhado pela PROGEP para suprir informações sobre os docentes da UFR, levando em conta o cadastramento digital e credenciamento institucional. Dados de docentes serão consultadas pela PROGEP e dados de estudantes serão pelo Registro Escolar, levando em consideração a Lei Geral de Proteção de Dados. A professora Beatriz segue os informes com o ponto nomeação de aprovados no concurso público. Ela informa que o professor Alcindo disse que a documentação foi encaminhada e será analisada entre os dias treze e dezenove de abril, visando avaliação médica, que deverá acontecer entre os dias vinte e cinco a vinte e nove de abril e a previsão de posse no dia quatro de maio. Informa que temos candidatos aprovados para o Curso de Geografia, Letras Inglês e Psicologia. A professora finaliza com os procedimentos de Contratação de Substituto. Informa que tiveram vários processos tramitando no último mês e uma orientação da PROGEP foi que não receberiam processos de contratação de substituto que fossem encaminhadas pelas coordenações de curso, pois é uma atribuição da Direção Adjunta e no último mês o professor Pedro foi o responsável por encaminhar os processos e a partir de agora, com o retorno da professora Cecília, ela fará, sempre em diálogo com as coordenações dos cursos. Ela diz que temos um edital aberto para o Curso de Letras Língua Portuguesa, também para o Curso de Biblioteconomia e mais um para o Curso de Psicologia. O professor Jeater sugere que a distribuição dos processos para que os/as relatores/as tenham pelo menos uma semana de antecedência para avaliarem. A professora Beatriz diz que é possível receber o processo com cinco dias de antecedência, na Unidade do ICHS e atribuir o relator com cinco dias de antecedência. A professora Talitta diz que precisa ser recriado o calendário do ICHS. A professora Beatriz informa que o calendário não foi construído, pois estavam aguardando a realização das eleições para a Direção. Disse ainda que na reunião do dia dezoito já podem definir uma data para próxima reunião ordinária e também poderemos pensar também para os próximos dois meses, pois após a eleição o/a novo/a diretor/a irá propor calendário próprio. Nada mais havendo a ser tratado a professora Beatriz encerra a reunião e eu, Aline Soares do Prado Silva Souza, Técnica Administrativa do ICHS, lavrei a presente ATA, que será assinada por todos/as.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Soares do Prado Silva Souza**, Técnico Administrativo em Educação da UFR, em 18/04/2022, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida dos Santos**, Docente da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, em 18/04/2022, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jeater Waldemar Maciel Correa Santos**, Docente da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, em 18/04/2022, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Noemi Bandeira, Docente da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR**, em 18/04/2022, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regina Aparecida da Silva, Docente da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR**, em 18/04/2022, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nivaldo Alexandre de Freitas, Docente da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR**, em 18/04/2022, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julma Dalva Vilarinho Pereira Borelli, Docente da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR**, em 18/04/2022, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Caio Santos, Docente da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR**, em 18/04/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Oliveira de Meira Gusmao, Docente da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR**, em 18/04/2022, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Carneiro Alves, Docente da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR**, em 20/04/2022, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Furtado Costa, Usuário Externo**, em 29/04/2022, às 20:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Talitta Tatiane Martins Freitas, Docente da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR**, em 09/08/2022, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufr.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0015968** e o código CRC **5913F400**.